Lusíada
Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Bordonal, Simone Albieri

Breves discussões sobre a violência no cenário brasileiro

http://hdl.handle.net/11067/4279
https://doi.org/10.34628/y06d-e062

Metadados

Data de Publicação 2009

Resumo O presente trabalho tem por objectivo ampliar o debate a respeito da violência, em suas múltiplas formas e manifestações, a partir de breves discussões, sobre essa questão e de uma análise sobre a violência dentro das especificidades brasileiras. Como a violência e inerente ao capitalismo, na medida em que este avança e se modifica no decorrer desse processo, também aquela adquire novas configurações e alcança outras dimensões. No Brasil, por exemplo, há um conjunto de relações fortemente marcad...

Palavras Chave Violência - Brasil

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-ISSSL] IS, n. 35 (2009)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-29T11:38:45Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

BREVES DISCUSSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA NO CENÁRIO BRASILEIRO

Simone Albieri Bordonal

Assistente Social, formada pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"/UNESP-Franca, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela mesma universidade e membro do Grupo de Estudos "Teoria Social de Marx e Serviço Social"

Email: simonebordonal@ig.com.br.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo ampliar o debate a respeito da violência, em suas múltiplas formas e manifestações, a partir de breves discussões, sobre essa questão e de uma análise sobre a violência dentro das especificidades brasileiras. Como a violência é inerente ao capitalismo, na medida em que este avança e se modifica no decorrer desse processo, também aquela adquire novas configurações e alcança outras dimensões. No Brasil, por exemplo, há um conjunto de relações fortemente marcadas por traços tradicionalistas, que remontam os primórdios da formação do país, tais como o mandonismo, a política de favores, o patrimonialismo, negligenciando constantemente as fronteiras entre o público e o privado, endossados pelo antigo jargão da "unidade nacional", do grande "Projeto do país que só pode dar certo". Aqui, as leis nunca são iguais para todos, pois existe quase sempre a possibilidade de "brechas" que dão margem a outras interpretações que geralmente favorecem alguns e condenam mais facilmente a outros. A intenção aqui se delineia apenas na tentativa de construir uma reflexão que busca apoiar-se em elementos da realidade, em termos gerais, sem detrimento da consideração das particularidades nacionais e locais, ressaltando sempre a historicidade dessa problemática e a impossibilidade de esgotá-la aqui.

Palavras-chave: Violência- capitalismo-realidade brasileira.

Discutir a violência, inevitavelmente, é sempre uma tarefa desafiadora, uma vez que se trata de um fenômeno bastante complexo e que vem muitas vezes chocando a sociedade e instigando ainda mais para um repensar sobre essa questão, além da necessidade de posicionamento frente a ela.

A violência transborda os limites da segurança pública, das questões criminais. Ela está presente e disseminada pelas diferentes esferas da vida social, e assume conotações relacionadas diretamente com a ordem capitalista vigente, de modo inerente. Portanto, é impossível discuti-la sem a consideração dos jogos de forças sociais, das alterações no mundo da produção e no papel do Estado, etc., de um lado, e das peculiaridades nacionais e locais, de outro.

No caso do Brasil, por exemplo, além desses processos mencionados, é possível afirmar que ainda permanecem fortes traços de tradicionalismo, clientelismo, favoritismo e patrimonialismo, pautando as relações sociais. Essas

especificidades brasileiras ajudam a entender certos posicionamentos e visões de mundo a respeito da violência, principalmente, no que se refere a criminalização da pobreza e às idéias de limpeza social tão ocorrentes no país, onde tanto a violência urbana como a chamada violência estrutural, alcançam índices cada vez maiores, mas sem que seja dada a estas questões a devida atenção.

O Brasil, desde sua formação territorial e afirmação como Estado-nação até seus sucessivos movimentos de retração e crescimento econômico, esteve vulnerável às influências e decisões do "Centro Capitalista", seja quando da expansão colonial e competição interestatal européia, seja dos momentos de transição da hegemonia inglesa para a norte-americana e dos ciclos de expansão capitalista.

A década de 1930, por exemplo, foi aberta com aquilo que se poderia chamar de um movimento rumo ao desenvolvimento e à modernidade, no qual grandes mudanças iriam acontecer, não obstante a persistência dos "resquícios" do tradicionalismo. A partir daí, haveria um rompimento com o sistema representado e dirigido pela oligarquia agro-exportadora. No entanto, ao contrário do que comumente aconteceu em outros países, quem tomou à frente e conduziu esse processo de transição não foi propriamente a burguesia, mas setores dissidentes da própria oligarquia, ou seja, não se pode falar em uma participação daquela e menos ainda em grandes mobilizações populares. Também não contou de início, essencialmente, com mecanismos de violência e radicalismo, ao contrário, foi realizado de "cima para baixo" pela própria elite insatisfeita com os abusos e diferenças de até então[1].

"Fazer a revolução antes que o povo a faça" é o modo mais claro de revelar o caráter com o qual ela seria levada à cabo, ou seja, uma revolução prevista, conduzida e inadiável, fruto mesmo de uma situação insustentável como a do período precedente e na qual, mais cedo ou mais tarde, a sociedade não iria comportar e aceitar de maneira passiva, visto que as pressões já vinham acontecendo.

Pois bem, o Brasil[2] sempre buscou a modernidade, nem que fosse "comprada" de fora, o que não deixou de ser pura fachada da tão "boa situação" de agro-exportador curtida por suas elites agrárias. Mas, como a modernização tornara-se sinônimo de desenvolvimento, seria preciso sonhar com ele, primeiro a convite (o que não ocorreu) e depois se submetendo à estratégia de desenvolvimento dependente do capital externo (público e privado), pois afinal, era preciso "estar aberto ao mundo", inserido na globalização.

Se por um lado os entraves colocados ao desenvolvimento econômico brasileiro, devido às restrições externas ligadas à questão da balança de pagamento,

[1] Aggio, A., Barbosa, A., e Coelho, H. *Política e sociedade no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: Annablume, 2002.

[2] Cf. Fiori; Medeiros, *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

dependem dos regimes monetários e das estratégias geo-políticas internacionais, de outro, apesar da expansão industrial e da implementação das instituições, processou-se, paralelamente, a ampliação das diferenças que separam ricos e pobres, no sentido de uma crescente má distribuição de renda, diga-se, sustentada e controlada de modo autoritário por meio de um "pacto conservador", que acolhe as conquistas da modernidade sem, contudo, alterar as estruturas dominantes, fundadas em decisões "de cima para baixo"[3].

Assim, a cada surto expansivo, uma crise, quase sempre acompanhada de fraturas políticas e institucionais, acabando por ceder às pressões externas e internas. Nesses momentos, o autoritarismo repressivo encontrava respaldo, mas sem deixar de ser "marionete" das "oligarquias" e do capital.

Desse modo, as diferenças tornam-se uma questão de ordem interna, fruto das estratégias de poder da classe dominante, presente desde o período agrário e permanente mesmo após as mudanças políticas, administrativas, financeiras e institucionais.

As elites políticas e econômicas facilmente assumiram os receituários neoliberais de transnacionalização da economia, com os processos de privatizações e desregulamentação dos mercados, bem como de flexibilização nas relações de trabalho e de enxugamento do Estado (Estado Mínimo), prolixos de discursos de corte dos gastos públicos e de "responsabilidade social", mas sempre sob a égide do velho "pacto conservador". Então, de acordo com esses mesmos discursos, era preciso modernizar as relações capital-Estado, já que as empresas e instituições públicas haviam se tornado inviáveis, incompetentes, não competitivas e não lucrativas, em contraste com um "mundo globalizado".

Em continuidade a esses discursos, era preciso acabar com o clientelismo e o corporativismo, mas a realidade tem mostrado em pleno século XXI, por exemplo, um verdadeiro comércio de apoio parlamentar dentro do próprio Congresso, além de inúmeras denúncias de corrupção envolvendo membros do próprio governo.

Arantes[4] discute um processo que denomina "brasilianização da sociedade", caracterizada justamente pela separação das raças por classes, pela horizontalidade das lutas de classes, gerando hostilidade entre os grupos de base ao invés de uma revolta contra o "topo", pela extraterritorialidade das camadas superiores e o seu empenho em vencer os laços políticos legais, o "desaburguesamento" da classe média e "reproletarização" do operariado industrial, enfim, um estado tão profundo de desigualdade, capaz de dividir a sociedade em duas partes, em que uma se desobriga de qualquer responsabilidade e

[3] Ibid..

[4] Arantes, In: Fiori; Medeiros, *op. cit.*, 2001.

a outra grita, "sufocada e sem alento", devido à crescente exploração. Além disso, ocorreria uma espécie de hierarquia de comando: a plutocracia internacionalizada que toma as decisões, seguida dos "manipuladores simbólicos", intelectuais que executam as decisões de forma mais "amortecedora"[5]. Seguindo essa lógica, a midiatização[6] trataria de despolitizar as crises, as tensões e os assombrosos estados de violência, e onde o próprio Estado criaria também uma conotação positiva a esse paradoxo de violência e solidariedade.

A sociedade brasileira conserva, sob novas roupagens, um misto de relações pautadas pelos traços do mandonismo, do favoritismo e do patrimonialismo, misturando modernidade e tradicionalismo, numa verdadeira invasão do público pelo privado, com o antigo engodo de que é "preciso fazer o bolo crescer para depois dividir" e do sonho da "grande nação que pode dar certo". Aqui, as idéias de que as problemáticas sociais são apenas "falhas", "desvios", que a qualquer momento desaparecerão, sem que maiores rupturas e transformações precisem acontecer "criam raízes e dão frutos":

> A sociedade brasileira é violenta, autoritária, vertical, hierárquica e oligárquica, polarizada entre a carência absoluta e o privilégio absoluto. No Brasil há bloqueios e resistências à instituição dos direitos econômicos, sociais e culturais. Os meios de comunicação de massa e os setores oligárquicos nos fazem crer que a sociedade brasileira é ordeira acolhedora, pacífica, e que a violência é um momento acidental, um surto, uma epidemia, um acidente, algo temporário que, se bem tratado, desaparece. E que pode ser combatido por meio da repressão policial. Mas, na verdade, a violência é o modo de ser da sociedade brasileira[7].

[5] Essa visão parece não contrastar com o que Gramsci diz: "Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc." (GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 9.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968, p. 3).

[6] Uma discussão mais aprofundada a respeito do papel da mídia foge aos limites deste texto. Não resta dúvida que a mídia possui uma tendência marcadamente maniqueísta e é preciso não tomar esse mesmo caminho ao fazer as análises sobre ela, até porque seria um tanto ingênuo esperar ou acreditar que num contexto dominado pela lógica de mercado, que a mídia, ou melhor a grande e lucrativa empresa midiática, não "dançasse conforme a música"dos interesses do capital. Mas, ao invés de se travar uma luta do bem contra o mal, é preciso ler criticamente sua ação na sociedade, permeada de contradições, isto é, ao mesmo tempo que veicula informações, cultura e entretenimento, traz embutido ou estampado ideologias, mas não é possível determinar que ela tenha o poder de "controlar"a opinião e a criticidade de todos.

[7] Chauí *apud* Gouvêa, Graça. *Congresso interamericano, em Brasília* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Simonebordonal @ig.com.br em Set. 2006, p. 1.

É frente a todo esse quadro tipicamente brasileiro que é possível afirmar que o Brasil convive de fato com a violência estrutural[8], a qual freqüentemente é naturalizada, transmutada sob diversas outras denominações, adiada para o segundo plano dos assuntos parlamentares e governamentais, tratada como questão de polícia, como "lixo social" a ser varrido. Não é, portanto, ao acaso a confusão entre pobreza e violência, materializada na criminalização do pobre, por um lado, e do negro[9], de outro, presentes desde as origens do país. Também não é por acaso que os prognósticos de "limpeza social", para os que não se "enquadravam" nos moldes do sistema, sempre encontraram acolhida entre as elites, sem deixarem de ser disseminados por amplos setores da sociedade brasileira, cuja fama de alegre, acolhedora e livre de preconceitos gera a ilusão de que não há conflitos de classes[10]:

> (...) as classes populares carregam o estigma da suspeita, da culpa e da incriminação permanente. A sociedade brasileira é uma sociedade em que a classe dominante exorciza o horror às contradições, promovendo a ideologia da união nacional a qualquer preço. Se recusa a trabalhar os conflitos, porque eles negam a idéia mítica da boa sociedade pacífica e ordeira[11].

Neste cenário envolto em contradições, as leis quando não são antiquadas e petrificadas, são fluídas demais, de modo a facilitar a transgressão e a impunidade, como é o caso das próprias leis relativas à criminalidade, por exemplo, que malgrado as atuais modificações, em geral, abrandando as penas, inclusive para os chamados crimes hediondos, sem contar o clima de impunidade corrente no Congresso Nacional, deixando claro que a lei nunca é "igual para

[8] Em relação a essa questão é preciso lembrar que: " (...) A teoria marxista (...) implica na idéia de que, de um lado, não há história autônoma da economia, do pensamento, da religião, etc..., mas também que, por outro lado, não há, se olharmos o conjunto da história, primazia que se repita de *direito* e *necessariamente* para este ou aquele setor particular da vida social. Este, repetimos, constitui sempre uma *totalidade estruturada*, com a reserva, contudo, de que o tipo preciso de cada estrutura particular varia mais ou menos depressa no decorrer do tempo." (GOLDAMNN, *op. cit.*, p. 110).

[9] Concepções como estas podem ser encontradas em diferentes obras da literatura brasileira. Alberto da Costa e Silva faz um apanhado geral de algumas das idéias presentes em autores conhecidos, como Sílvio Romero e Oliveira Viana, que mais tarde se retrataria, manifestadas na apologia do branqueamento, como aspiração de "melhorar a raça". (COSTA E SILVA, In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000, p. 21).

[10] "A fúria da violência tem algo a ver com a destruição do "outro", "diferente", "estranho", com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas de sociabilidade e nos jogos das forças sociais." (IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 168)

[11] CHAUÍ *apud* GOUVÊA, *op. cit.*, 2006, p. 1).

todos". Some-se ainda, e o pior, a não efetivação dos direitos garantidos em lei, que na prática são constantemente violados, sem que haja punição para estas violações. Isso porque:

> (...) as leis são armas para preservar privilégios, jamais tendo definido direitos possíveis para todos. (...) Em vez de figurarem um pólo público de poder e regulação dos conflitos as leis aparecem como inúteis e inócuas, feitas para serem transgredidas e não transformadas. Uma situação violenta é transformada num traço positivo quando a transgressão é elogiada como um "jeitinho brasileiro"[12].

E se, por um lado, a violência estrutural vitimiza grande parcela da população, sob as formas acima referidas, a violência urbana não fica atrás. De acordo com uma pesquisa divulgada pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), o Brasil é o 3º entre 84 países em mortes por homicídios entre jovens, sendo o primeiro, entre 65 países, em mortes por armas de fogo. Esses índices de mortes violentas, especialmente entre os mais jovens, superam até mesmo alguns países em guerra[13].

Segundo os dados do IBGE[14], houve um aumento da violência desde a década de 1990[15], evoluindo até 2002. As mortes por violência, a partir de então tiveram ligeira queda, sem contudo deixarem de se manter em níveis bastante altos, principalmente entre os homens. As tabelas abaixo revelam a proporção de mortes por violência, envolvendo jovens entre 15 e 24 anos, de ambos os sexos, entre as regiões brasileiras entre 1990 e 2004, em que se pode perceber o aumento das mortes violentas nos anos de 1990 (as quais giravam em torno de 62,96 % entre o sexo masculino e 30,54 % entre o sexo feminino), até 2002, quando atingiu o ápice de 70,7% entre o sexo masculino e 34,1% entre o sexo feminino. A partir de então, os números começaram a diminuir até chegar em 2004, aos 68,7% entre o sexo masculino e 33,8% entre o sexo feminino, com exceção do Sul e do Nordeste para ambos os sexos:

---

[12] *Ibid.*, p. 2

[13] ALVES, Ariel de Castro. Análise. *Agência Carta Maior*, São Paulo, Dez. 2006. Disponível em: <http://agenciacartamaior. uol.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3411> Acesso em: 16 Dez. 2006.

[14] IBGE. *Proporção de óbitos violentos, na faixa etária de 15 a 24 anos por sexo e Grandes Regiões 1990-2004*. Disponível em: <http:/ /www1. ibge.gov.br/home/presidencia/notícias/images/512_1235_870438.gif> Acesso em 16 Dez. 2006.

[15] Note-se que justamente neste período o Brasil entrou na onda da reestruturação produtiva, e que também o mundo do chamado crime organizado claramente amalgamou outras formas de estruturação, sem dúvida, nos moldes dos grandes negócios lucrativos.

Tabela 1 – Proporção de mortes violentas no total de óbitos, na faixa etária de 15-24 anos por sexo nas regiões entre 1990 e 2004-Homens

Grandes Regiões / Anos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
			Homens			
1990	60,3	44,4	52,1	63,9	63,7	61,5
1992	60,2	51,3	52,6	63,4	63,3	59,5
1994	61,6	55,7	54,8	63,7	66,1	63,7
1996	63,8	56,8	57,1	66,2	67,6	66,7
1998	68,9	60,7	60,3	74,8	64,9	68,8
2000	69,4	56,2	56,3	77,7	68,9	67,0
2002	70,7	55,2	56,8	79,6	70,1	70,0
2004	68	50,2	57,5	77,4	71,3	69,6

Fonte: IBGE- Estatísticas do Registro Civil.

Tabela 2 – Proporção de mortes violentas no total de óbitos, na faixa etária de 15-24 anos por sexo nas regiões entre 1990 e 2004- Mulheres

Grandes Regiões / Anos	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
			Mulheres			
1990	28,3	18,9	22,2	30,1	33,3	34,6
1992	28,4	21,0	24,4	28,1	36,0	34,3
1994	30,0	24,6	23,0	31,0	38,4	35,8
1996	33,0	28,3	26,7	32,3	40,4	46,9
1998	33,0	28,5	27,7	35,3	35,2	38,5
2000	33,9	25,5	26,0	38,6	36,7	39,0
2002	34,1	27,3	24,3	39,2	39,3	36,9
2004	33,8	24,9	25,7	38,1	41,3	36,4

Fonte: IBGE- Estatísticas do Registro Civil.

Segundo os dados da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação e a Cultura, divulgados pela Agência Carta Maior, 93% das vítimas da violência são homens, sendo que o índice entre a população negra é de 73,1% mais elevado que entre os brancos, revelando que:

> O neoliberalismo brasileiro (...) se sustenta através da discriminação e da exclusão social de uma grande parcela da população, criando um cenário propício para a proliferação de homicídios e encarceramentos, visando a garantir os interesses das elites econômicas e sociais. O capitalismo exerce o controle social aprisionando e matando uma parcela cada vez mais crescente da sociedade[16].

[16] *Ibid.*, p. 2.

Por outro lado, de acordo com as informações do Dieese, divulgadas pela Folha de São Paulo, em 14 de Setembro de 2006, cerca de 45,5% dos jovens entre 16 e 24 anos estão desempregados e a maioria dos ocupados, 70,1% em São Paulo, não consegue conciliar trabalho e estudo. Outrossim, quando se diz que a falta de espaço no mercado de trabalho tem afetado cada vez mais jovens de inúmeras maneiras, podendo inclusive abrir lacunas para o envolvimento desses jovens no mercado ilegal e bem mais lucrativo das drogas, não se trata de uma relação já de antemão determinada, fixa e mecanicamente traçada, mas antes de um olhar sobre certos aspectos da realidade que permitem, por exemplo, espaços para que se criem inúmeras expectativas e desejos que, concretamente, se tornam demasiado distantes das condições de vida desses jovens.

De fato, não é possível discutir violência autonomizando-a dos processos históricos nos quais ela se insere, materializando-se de diversas formas e conteúdos, tornando-se mais aguda na medida em que transbordam e se aprofundam as contradições próprias de uma sociedade marcada pela extrema desigualdade social, por estruturas sociais conservadoras e ambíguas, sem prejuízo da busca pelo progresso (para poucos), pela curta experiência democrática e por opções econômicas predatórias e "anti-sociais":

> (...) "Uma forma determinada de produção determina, pois, formas determinadas de consumo, de distribuição, de troca, assim como **certas relações destes diferentes momentos** entre si..." (...) a relação com o todo torna-se a determinação que condiciona a **forma de objetividade** de todo o objecto; toda a mudança essencial e importante para o conhecimento manifesta-se como mudança da relação com o todo e **por isso mesmo** como mudança da própria forma de objetividade. (...) "Um negro é um negro, só em certas condições se torna um escravo"[17].

Considerações finais

A violência é um fenômeno marcadamente histórico, de múltiplas faces e sem uma causa única, cujas manifestações se materializam de diversas formas por todo o tecido social, e que tem alcançado outros patamares, assumindo novas roupagens, muitas vezes difíceis de serem desveladas e compreendidas.

Frente a todos esses aspectos, fica claro que uma abordagem orientada apenas por uma visão política da questão torna-se insuficiente, uma vez que o ser social não é caracterizado somente por sua *action politique*. Também não é possível reduzir o fenômeno da violência aos problemas de polícia, ao acreditar que somente as possíveis alterações no código de leis penais ou medidas palia-

[17] MARX *apud* LUKÁCS, *op. cit.*, 28.

tivas de segurança pública seriam a solução, embora se reconheça que possa haver a necessidade de revisão das leis e ações nesses âmbitos.

Percebe-se o quanto é redutivo afirmar que apenas as reformas no aparato policial e no Judiciário solucionariam as questões relativas à violência, quando, na realidade, torna-se cada vez mais imprescindível uma transformação social, que, certamente, passa pela reafirmação dos direitos, mas que não se resume apenas a isso, mas envolve a construção de novas bases societárias.

É um tanto limitado acreditar que somente práticas locais levariam à revolução, de um lado, ou que a violência poderia ser a força motriz da revolução, de outro. Somente a partir da busca de se desvelar esses processos por inteiro. Esse desafio não pertence obviamente apenas aos profissionais do Serviço Social, mas estes também são impelidos pela própria realidade a trabalharem essas questões, aproveitando ao máximo todos os espaços existentes para a ação e criando outros, a partir da emulação dos esforços coletivos, das lutas de resistência contra as barbáries dessa ordem societária, discutindo e questionando junto com a população usuária os diferentes aspectos dos processos em decurso na sociedade, descobrindo o que se encontra por "detrás dos bastidores" da vida social. Entretanto, para esse caminho não existem receitas prontas já de antemão, mas, um repensar coletivo a respeito das problemáticas tangentes à sociedade, pode-se revelar uma boa forma de se começar a trilhar por outros rumos, dos quais a violência, de forma geral, não faça parte.

Referências bibliográficas

AGGIO, A., BARBOSA, A., e COELHO, H. *Política e sociedade no Brasil, 1930-1964.* São Paulo: Annablume, 2002.

ALVES, Ariel de Castro. Análise. *Agência Carta Maior*, São Paulo, Dez. 2006. Disponívelem:<http://agenciacartamaior.uol.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=3411> Acesso em: 16 Dez. 2006.

AMMANN, Safira Bezerra. *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento.* São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.* 4.ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ARENDT, Hannah. *Sobre a violência.* [trad.: André Duarte]. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ADORNO, Sérgio. *Exclusão socioeconômica e violência urbana.* Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez 2002, p. 84-135.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

———. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.* 7.ª ed. São Paulo: Cortez: 1997.

DÁVILA, Sérgio. Guerra no Iraque consome US$ 2 bilhões por semana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, ano 86, n. 28.313, 9 out. 2006. Folha Mundo, p. 12.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico.* [trad.: Paulo Neves]. _2.ª ed._ São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ENGELS, Friedrich. *Política.* [trad.: José Paulo Netto et al.]._São Paulo: Ática, 1981.

FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder.* [Trad.: Roberto Machado]._22.ª ed._ Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo.* Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

———. *Os sem-terra, Ong's e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização.* São Paulo: Cortez, 1997.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

GOUVÊA, Graça. *Congresso interamericano, em Brasília.* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por Simonebordonal @ig.com.br em Set. 2006.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história.* _9.ª ed._ Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* _4.ª ed._ São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HERKENHOFF, Maria Beatriz Lima. *O papel do líder comunitário.* Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural?UFES, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.*_2.ª ed._São Paulo: Cortez, 1994.

IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

———. *A sociedade global.*_4.ª ed._ Rio de Janeiro:Civilização brasileira, 1996.

———. *A era do globalismo.*_7.ª ed._ Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

IBGE. Proporção de óbitos violentos, na faixa etária de 15 a 24 anos por sexo e GrandesRegiões19902004.Disponívelem:<http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/notícias/images/512_1235_870438.gif> Acesso em 16 Dez. 2006.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista.* Porto: Publicações Escospião, 1974.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política.* Vol.I; [Trad.: Reginaldo Sant'Anna]_19.ª ed.: Rio de Janeiro:Civilização brasileira, 2002.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã (I Feuerbach).* [Trad.:José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira]-3.ª ed.- São Paulo: Ciências Humanas, p.39.

———. *O manifesto comunista.* [Trad.: Maria Lúcia Como]_ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.* [Trad.: Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa]._ São Paulo: Boitempo, p. 983-1011.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira.* São Paulo: Senac, 2000.

PINSKY, Jaime. *Brasileiro é assim mesmo: cidadania e preconceito.* São Paulo: Contexto, 1993.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.* São Paulo: Boitempo, 2001.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. et al. (orgs.) *Narcotráfico e violência no campo.* Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.). *Movimentos sociais na transição democrática.* São Paulo: Cortez, 1987.

SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência.* [Trad.: Orlando do Reis]._ Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.

SOUZA, Marcos Alvito. *As cores de Acari: uma favela carioca.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

———. *Condomínio do diab.* Rio de Janeiro: Revan Ed. UFRJ, 1994:21-25).

ZALUAR, Alba, SOUZA, Marcos Alvito (orgs.). *Um século de favela.*_3.ª ed._ Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.